

Cotas

A situação história atual teria invalidado a tradicional oposição da esquerda a políticas compensatórias como as cotas? Não nos parece ser este o caso.

As cotas surgem no contexto dos governos Reagan e Thatcher. O desmonte do Estado de Bem-Estar e sua substituição pelo neoliberalismo teve, como uma de suas contrapartidas ideológicas, a política de cotas que "compensasse" as desigualdades. O argumento neoliberal "mais ilustrado" a favor das cotas terminou se convertendo no nóculo central das muitas variações do corporativismo étnico típico do pós-modernismo: a relação entre as classes sociais não conteria em seu interior as desigualdades raciais, de tal modo que a superação da propriedade privada, da exploração do homem pelo homem não implicaria a superação histórica do racismo. Tornou-se moda, também no contexto neoliberal, a citação das hoje notórias passagens nas quais Marx e Engels se manifestam de modo preconceituoso e racista.

Ao mesmo tempo, na medida em que a revolução foi saindo da vida cotidiana nas últimas 4 ou 5 décadas e na mesma proporção em que este fato fez com que as fronteiras entre as classes sociais foram ideologicamente se turvando, a esquerda recuou para um campo reformista cada vez mais conservador. Foi nesse contexto ideológico que as cotas começaram a ser aceitas pela esquerda e pelas ditas "minorias" com um argumento não necessariamente novo: como a revolução não está no horizonte, vincular o problema racial à superação do capitalismo conduziria ao imobilismo. A concepção subjacente é de um simplismo e pobreza típicos do rebaixado espírito do nosso tempo: a política é reduzida à política institucional, a ação transformadora se limita às políticas estatais e a luta ideológica se constringe aos limites da ideologia burguesa.

A pouquíssima eficácia, mesmo em termos burgueses, das cotas pode ser percebida pelo fato de que, sequer parcialmente, podem ser generalizadas. Por exemplo, porque não adotá-las na seleção dos professores, pró-reitores, reitores, técnico-administrativos, na seleção dos alunos nos cursos de pós-graduação, etc. das nossas universidades? Nos hospitais, por que não adotar as quotas na seleção dos médicos, enfermeiros, etc.? Por que não devemos adotar cotas para os carentes de atendimento hospitalar, tal como fazemos para os carentes em educação superior? Por que não as adotamos também para o parlamento e para os cargos executivos como prefeitos, governadores e presidentes? Não deveríamos adotar também as cotas na seleção de obras de arte para as exposições e para os acervos dos museus, na seleção dos textos a serem publicados pelas editoras, etc.? Por que não estendermos as cotas

para a contratação da mão de obra nas empresas privadas como fábricas, comércio, e assim por diante? Por que os partidários das cotas não propugnam a sua aplicação aos industriais, banqueiros, etc.? Mesmo nos termos mais conservadores, sem postular qualquer alteração significativa da atual sociedade, as cotas revelam rapidamente os seus limites: não podem ser generalizadas na mesma extensão em que é universal a discriminação racial. A demagogia e a hipocrisia das “políticas afirmativas” são facilmente desveladas: elas apenas podem ser aplicadas em setores muito parciais e desde que não alterem nada, sequer de secundário, na relação entre as classes.

Devemos considerar, ainda, que mesmo nos termos os mais conservadores, as cotas sequer atendem às necessidades da maioria da população. Adotadas em nossos hospitais, por exemplo, um médico, enfermeiro ou técnico mais competente seria preterido por outro pelo fato de pertencer a uma dada raça. A eficiência dos nossos hospitais e centros de saúde seria prejudicada. O mesmo ocorreria se adotada na seleção dos professores, artistas a terem suas obras expostas pelos eventos culturais, escritores a serem publicados, etc., etc.

Mas isso não seria tudo.

Estendida a cota aos hospitais, nossa primeira exigência seria ser atendido por aqueles das raças não favorecidas pelas cotas, escapando assim do risco de sermos atendidos por profissionais menos competentes selecionados pela cor da pele. Do mesmo modo, adotadas as cotas em nossos museus, editoras, jornais, etc., a raça do autor passaria a ter peso: entre dois autores desconhecidos selecionados para uma dada exposição de arte ou para um prêmio literário, a tendência seria dar preferência aos autores de raça da classe dominante cuja qualidade não foi preterida a favor do critério racial. Algo semelhante já ocorre nas universidades: hoje tem importância inédita se um determinado estudante se aproveitou ou não das cotas para conseguir sua vaga na universidade. E este é um constrangimento que apenas atinge os estudantes negros ou pardos! As cotas, por uma via perversa, não abolem, – apenas renovam e, assim, reforçam, -- as várias modalidades do racismo contemporâneo, o qual se caracteriza por ter um tradicional fundamento de classe articulado a uma inédita justificativa ideológica pós-moderna.

Apesar de muito sérias, estas não são as conseqüências mais graves do apoio às cotas por parte da esquerda. A pior conseqüência é o desarme ideológico das forças revolucionárias.

As propostas de “políticas afirmativas” possuem pressupostos rigorosamente incompatíveis com a concepção de mundo revolucionária. Pois, em primeiro lugar, postulam que, diferente do passado, a

sociedade contemporânea seria muito “mais complexa” (velada afirmação de que seria *essencialmente* distinta). Por isso suas contradições não seriam mais predominantemente determinadas pela forma de produção do “conteúdo material” (Marx, 1983:46) da riqueza social. Diferente do passado, hoje a sociedade seria multi-polarizada por determinações de várias ordens que se entrecruzariam em uma processualidade marcada pela fragmentação das causas e seus efeitos, pela inconstância e novidade quase infinitas. Esta “operação ideológica” termina invariavelmente na surrada estratégia da via democrática e das conquistas parciais dos “de baixo”, conquistas que incluiriam, claro, as cotas. Cancela-se o momento predominante exercido pela produção do “conteúdo material da riqueza social”, remove-se a universalidade das determinações de classe nas sociedades que conhecem a exploração do homem pelo homem, parcelam-se os processos de exploração em distintos e autônomos momentos de “construção das diferenças” (sempre valoradas positivamente como democráticas, em contraposição ao momento predominante, agora convertido em uma categoria "totalitária") e funda-se nas diferenças particulares, no limite individuais, as causas últimas dos processos históricos: não chegamos, por esta via tortuosa, à concepção de mundo típica de um Descartes, Locke ou Rousseau, que viam na natureza do indivíduo a essência da sociedade? Com as cotas, a esquerda que a elas aderiu importa também toda uma concepção de mundo burguesa que a desarma e enfraquece.

Desarma ainda, política e ideologicamente, as forças revolucionárias porque contribui para dividir o proletariado e os trabalhadores. Ao invés de, por exemplo, no caso das universidades, todos lutarmos pela universalização do ensino público, gratuito e de qualidade, organizamos os negros e os indígenas a lutarem por *suas* cotas, reduzindo assim as vagas para os brancos, asiáticos, europeus. Se os negros e brancos, índios, cafusos, amarelos envolvidos são operários, trabalhadores ou burgueses, para a concepção de mundo ‘cotista’ não faz a menor diferença. Esta contraposição do “corporativismo” de uma raça contra o de outra apenas reforça o racismo inerente a uma sociedade de classes, pois o que de fato contrapõe o índio, o negro e o branco não é a etnia, mas o preconceito que irradia da dominação de classe e da existência da exploração do homem pelo homem após tantos milênios sob a regência da propriedade privada. Ou a África do Sul pós Mandela deixou de ser racista porque conta agora uma burguesia negra?

Valério Arcary, tanto quanto sabemos, trouxe o único novo argumento ao debate nos últimos tempos: as cotas seriam uma superação, ainda que parcial e limitada, da injustiça inerente ao direito burguês que não pode ir para além de igualar os desiguais. Postula que adoção das cotas seria um passo em direção à "de cada um de acordo com sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade". Não nos

parece que esse argumento seja procedente. Em primeiro lugar, pelo fato de esse critério não poder ser generalizado à toda reprodução social já que não vivemos um período revolucionário. Em segundo lugar, porque as cotas, ao desconsiderarem as determinações de classe, terminam sendo apenas uma nova forma de aplicação do velho e surrado Direito burguês. Também elas homogeneízam os indivíduos das diferentes raças ao cancelarem seu pertencimento de classe. Para as cotas, não importa se o indivíduo é burguês, trabalhador, camponês ou proletário. Tal como a ideologia burguesa dissolve o indivíduo em um cidadão abstrato, carente de determinações sociais e, assim, cancela as classes sociais, também as cotas eliminam o pertencimento às classes sociais pelo critério racista da cor da pele. Por essas razões não nos parece procedente o argumento trazido ao debate por Valério Arcary.

Os revolucionários devem, a nosso ver, denunciar as “políticas afirmativas”, entre elas as cotas, pela função social que exercem: reproduzem e renovam os preconceitos e racismos de todos os tipos ao invés de combatê-los; fortalecem o particularismo e o espírito corporativo, desarmam e enfraquecem a crítica revolucionária da sociedade e, por fim, dividem os trabalhadores entre as diferentes raças dificultando a luta contra o capitalismo.

À esquerda, camaradas, à esquerda! Talvez hoje, como nunca antes, tais palavras de Maiakovski tenham atualidade e urgência.